

O sensível acesso ao passado: a memória e o esquecimento.

Márcia Pereira dos Santos *

Resumo: O campo das sensibilidades, no interior da historiografia, diz respeito a uma série de fenômenos humanos. Partindo desse pressuposto, e de reflexões sobre as sensibilidades desenvolvidas dentro da História Cultural, o presente artigo problematiza a relação entre a memória e o esquecimento, tecendo um diálogo com a filosofia de Paul Ricoeur, quando este discute a questão da narrativa e da escrita de si e, ainda, a memória, a história e o esquecimento.

Palavras-chave: memória, esquecimento, sensibilidade, autobiografia.

Abstract: The field of sensibilities, inside the historiography, deal with a series of human phenomenons. Begining with this prerogative and reflections about the sensibilities developed inside the cultural history, the present paper discusses the relationship between memory and forgetfulness, weaving a dialog with the philosophy of Paul Ricoeur, when he discusses a narrative and written of self, and, even, the memory, the history and the forgetfulness.

Keywords: memory, fogetfulness, sensibility, autobiography

Para que a morte de Albertine pudesse suprimir meus sofrimentos, seria preciso que o choque a tivesse matado não somente na Tourane, mas em mim. Nunca ela aí estivera tão viva. [...] Depende da memória, e a memória de um momento não está informada sobre tudo o que se passou depois; aquele momento que ela registrou perdura ainda, vive ainda, e, com ele, a criatura aí se perfilava. E depois, esse esmigalhamento não faz viver somente a morta, multiplica-a. Para me consolar, não era uma, eram inúmeras Albertines que eu deveria esquecer.

(Proust)

A história dedicada ao estudo das sensibilidades tem sido, nos últimos anos, uma vertente fértil de trabalhos. Especialmente no interior da História Cultural, as discussões sobre as sensibilidades humanas na história têm aberto caminhos de debates e pesquisas, que resultaram em diferentes maneiras de os historiadores pensarem o homem como sujeito sensível, em cuja existência histórica deixa entrever, em diferentes formas de expressão, seus modos de ver e sentir o mundo e os outros homens com os quais se relaciona. Colocando-nos nesse rol de preocupações históricas, apresentaremos nesse artigo algumas inquietações

* Professora Dra. do Departamento de História e Ciências Sociais, Curso de História, da UFG, Campus Catalão. Membro do NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Culturais. Pesquisadora das relações entre história e literatura, tem se dedicado à discussões sobre autobiografia, memória e esquecimento, memória e hagiografia.

acerca da relação história, memória e afetos, destacando o necessário dialogismo dessas instâncias de acesso ao passado, com a problemática do esquecimento, sugerida por Paul Ricoeur (2007).

Entendemos que o campo das sensibilidades se refere, no interior da historiografia, a uma série de fenômenos que fazem parte da existência humana, vez que desde seu surgimento no mundo, homens e mulheres mediam suas ações e reações através de suas formas de sentir o mundo. Trata-se de uma percepção que conduz, cada vez mais, os historiadores a se ocuparem da compreensão de como esses sentimentos se ligam às experiências humanas e como os mesmos se encontram, também, na base da existência histórica. Para Sandra J. Pesavento

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica em abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através de suas inserção no mundo social, na sua relação com o outro. (2007: 14).

Concordando com a autora inferimos que a pertinência do debate sobre as relações entre a história, a memória e os afetos, podem ser pensadas à luz da problemática do esquecimento, seja aquele relativo ao indivíduo, seja aquele relativo à sociedade. Isso porque vivemos um tempo em que se faz mister compreender a existência humana segundo novas experiências sensíveis de proximidade e distanciamento, provocadas por diferentes condições históricas.

Na escolha, entre o que se deve lembrar e o que se deve esquecer, entre quem tem direito à memória, quem tem direito ao esquecimento, surgem questões importantes para o historiador: que memória se deseja preservar? E o que se deseja esquecer? Por que, para o historiador e outros que se ocupam das ciências humanas, se faz premente que se pense essa dinâmica entre lembrar e esquecer, segundo uma reflexão que alie sensibilidade e história? O que significa no contexto histórico atual, referido anteriormente, usos e abusos de memórias e esquecimentos?

Notamos que é nas fissuras históricas desse mundo atual que parece acelerar a história vivida que podemos buscar respostas a tais questões. A dinâmica entre lembrar e esquecer, cujos significados não se restringem à vida individual, mas se relacionam à sociedade humana, tem gerado diferentes formas de enfrentamentos entre as necessidades de memórias, por grupos que se sentem alijados da história e, ainda, de esquecimentos, por outros grupos,

cuja necessidade de reconciliação com o passado, lhes determina a urgência de esquecer. (SEIXAS, 2001).

No âmbito das ciências humanas, em especial a história, é longa a tradição de tentar recuperar os ditos esquecidos da história, frente aos grupos, que uma outra tradição, faziam os senhores da história. Desde os tempos de Michelet, talvez um dos primeiros a ocupar-se dos homens e mulheres, ditos simples, como sujeitos históricos, até as recentes, “história vista de baixo”, “micro história”, entre outros caminhos historiográficos, vemos a crescente preocupação dos historiadores em pensar o homem como sujeito de sua história, tomando a mesma como processo vivenciado por todos os que fazem parte das diversas culturas. As explicações dos historiadores que tem essas preocupações, nesse sentido, se destinam, também, a refazer um quadro da memória histórica das sociedades, quebrando limites e preconceitos impostos, muitas vezes, por uma visão determinista e redutora de história como sendo a ciência do passado. A inspiração vinda de Bloch que diz que a história se refere aos homens no tempo tem, na atualidade, atingido um estatuto de busca desse homem como ser sensível.

Homens e mulheres que, levando suas vidas em lares comuns, ofícios simples, formas próprias e não institucionalizadas de religiosidade, de sociabilidade entre outros, aparecem como sujeitos singulares de uma história das sensibilidades. Seus gostos, crenças, seus modos de vestir-se ou alimentar-se, suas artes ou suas escolhas mediadas por aquela “teia de significados”, que defendida por Geertz, foi usada indiscriminadamente como explicação de cultura, apresentam-se como tema de estudos que vislumbram um homem mais completo, porque pensado como sujeito material e sujeito sensível. Essa gente comum aparece, assim, como sujeitos de um tempo do sensível, dimensão a ser considerada quando este é investigado, quando seus rastros são perseguidos e suas emoções e razões são auscultadas.

Esse tempo sensível não pode ser compreendido em linha reta, não está pronto numa cronologia a ser seguida. Ele, o tempo sensível, se desdobra em outros tempos, no tempo que pode ser construído por narrativas, e como bem nos fala Paul Ricoeur (1997), a narrativa tem sua própria configuração temporal, constrói seu sentido à medida que vai sendo tecida, tramada; escolhendo seus motivos, suas cores e inclinações. A narrativa, assim, se forma como resposta que o narrador dá ao mundo e, em alguns casos, a si mesmos, num tempo em que deveres de memória e direitos à memória (SEIXAS, 2001) são reivindicados como formas de pertencimentos a determinados grupos ou como bandeiras políticas de defesa de identidade.

Importa, assim, nesse debate, equilibrar os meandros do lembrar e do esquecer como exercícios humanos, efetivados por homens e mulheres os mais diversos possíveis que encontram formas, as mais sutis e diferenciadas, de mostrarem-se ao mundo. Os rumores da rua, as lutas por preços baixos, as passeatas de mulheres, os panfletos políticos, os diários, as biografias e autobiografias, os blogs, as cartas de leitores de jornal, os e-mails enviados aos programas de tv, e infinitas outras manifestações humanas vão dando ao historiador a dimensão de que homem é esse de que falamos, e mesmo, dando-lhe oportunidade de descobrir suas formas de relação com o passado, ou seja, como lembram, como esquecem e quais os afetos que os fazem agir.

Tais suportes de memória, tanto aquela individual, quanto aquela coletiva, tomadas como fontes para a história, nos informam dessa sociedade e dos sujeitos que a formam. É ali que estão tecidas as representações, apropriações e interpretações de mundo que regem a cultura da qual falamos. Assim, tais suportes de memória, que para o historiador são fontes, para seus sujeitos são mediações entre presente e passado da sociedade.

Desde Halbwachs (2006) é fundamental pensar em memórias plurais, individuais e coletivas, voluntárias e involuntárias. Contudo impõe-se também questionar a supremacia do coletivo/voluntário, advogada por este sociólogo, no processo de formação de uma consciência temporal, portanto, histórica, relativa a diferentes tempos, passado – presente – futuro, por sujeitos em sua individualidade ou em sua existência social. Isso porque se nos ocupamos do sensível como possibilidade de compreensão do homem como sujeito histórico, é também esse homem como indivíduo, como pessoa, na acepção de Taylor (1997), pessoa como categoria moral, que nos interessa.

Vemos a experiência autobiográfica como meio de exercitar esse desafio. O solitário e, portanto, quase inacessível processo de contar-se a si mesmo – inacessível porque o que temos, é o resultado de um processo, a autobiografia publicada de dado autor, e não podemos acompanhar o seu processo de escrita – decorre da própria dinâmica da autobiografia que pode ser especificada como escrita de um sujeito que visa contar sua vida. A vida contada, no entanto, não pode ser tomada como a vida realmente vivida pelo autor, mas sim uma vida (re) tramada em narrativa, (RICOEUR, 1997) e que forja não apenas um sentido para a existência desse sujeito que se conta, mas também uma identidade que se configura narrativamente porque é no contar que ela se evidencia, se deixa à mostra e, seguindo Ricoeur, é preciso considerar que

A pessoa, compreendida como personagem da narrativa, não é uma entidade distinta de suas “experiências”. Bem ao contrário: ela divide o regime da própria identidade dinâmica com a história relatada. A narrativa constrói a identidade do personagem, que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história narrada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem (2001: 176).

Ora se, por um lado, o contar faz lembrar para fazer permanecer uma dada memória, por outro, essa a memória não deve ser compreendida como um retrato fiel do que foi vivido, pois ela, passando pelo crivo narrativo do contar, é também alvo de avaliação. E como vimos, o narrador, não é necessariamente o personagem, composto consoante à história que é contada. A narrativa autobiográfica pauta-se na relação presente – passado, pois se o primeiro suscita o segundo, o faz com suas impressões, com as experiências que possui, pois é do presente que se lembra, é nele que dado passado é re-composto em narrativa e dado a ler. Vemos assim, que em suas nuances de identificação o sujeito que se autobiografa conta sua vida como parte de uma dada referência de mundo e cultura, pois é esse o seu espaço presente.

Em segundo lugar, ao pensar a autobiografia como exercício de lembrar, é preciso compreender como este ser do presente, o narrador que lembra e conta, é também resultado da sua própria historicidade como homem em um tempo que muda. As demandas desse sujeito devem ser problematizadas como aquelas demandas sensíveis que o conduzem à ação de contar-se; que o conduzem à empresa voluntária de lembrar. Assumimos, assim, a autobiografia como essa busca, talvez, sem um tempo preciso, pelo tempo quase perdido, pelo passado, por um tempo que pode ser (re) vivido, (re) atualizado no ato do lembrar, mas também no ato de narrar essas lembranças. A memória, assim, carregada de afetos, interfere nessa voluntariedade da empreitada autobiográfica. Não seria essa a condição do narrador de Proust?

Se o narrador de *Em busca do tempo perdido* quer encontrar o seu eu passado e, a todo o momento, é tomado pela multiplicidade que a própria lembrança tece do mesmo eu, esfacelado em mil sujeitos narrados que se encontram e se perdem no redemoinho de recordações, é sempre no surpreendente, no inusitado, portanto, no involuntário, que o narrador proustiano encontra o seu eu perdido. É no momento que a lembrança em vez ser buscada, toma, assalta o narrador que o passado lhe chega completo, fazendo-o prisioneiro de sentimentos que o faz encontrar-se com o passado de forma arrebatadora. (SEIXAS, 2001).

Ainda que aqui não nos interesse a condição literária de *Em busca do tempo perdido* se se deve ou não tomá-lo, também, como um projeto autobiográfico de Marcel Proust, a obra nos remete a uma narrativa realizada segundo uma perspectiva de memória voluntária, que é

feita porque se quis buscar o tempo perdido, mas que acessa também, de forma involuntária, o passado. Isso nos importa porque coloca em cena a memória sensível e plena de afetos que nos colocam em contato com aquelas relações humanas que situam o narrador dentro de um dado grupo de relação e campo de afetos.

As narrativas, assim tomadas, podem ser apreendidas como testemunhos do passado, que nos revelam esse passado não como ele foi vivido, mas como foi sentido e dado a ler. Daí nossa escolha pela autobiografia, pois se entendemos que o sujeito que se conta quer fazer-se dizível no mundo, entendemos que o mesmo o faz não apenas numa fidelidade retratista de contar o passado, mas assumindo uma sinceridade no contar e, por isso, expondo sentimentos gerados na sua existência histórica, como expressão de sua história vivida. (DAMIÃO, 2006).

A autobiografia, assim, pode ser explicada como o exercício de contar uma vida empreendida por quem viveu essa vida. Destacando, no entanto, que o narrador do presente, já não é mais aquele de que fala a trama, não é a mesma pessoa contada, o personagem, pois a própria narratividade criou esse personagem. Foi o ato de narrar que o criou, um outro eu, assim, se afigura na narrativa autobiográfica, destacando-se do seu eu narrador, para tornar-se o eu contado, portanto aquele que passou pelo crivo do sentido narrativo.

É, pois, segundo suas formas de sentir, que o sujeito lembra e esquece e narra. Aparece aqui o esquecimento como o par da memória, como exercício de relação entre presente e passado. O contar, concomitante ao dizer, silencia e oculta; escolhe e faz divisões entre o que deve permanecer e o que pode ou deve ser esquecido. E o esquecido assume duas feições: o ausente e o não dito. O ausente não existe, perdeu-se, foi esquecido, é a lacuna que muitas vezes cabe à imaginação, e não à memória, preencher. O historiador, tal como o artesão, frente a essas lacunas se vê obrigado a ligar pontos distanciados, a tecer uma trama que supra esses esquecimentos, já que é impossível escrever, narrar o esquecido. Mas, nesse caso, voltamos à pergunta: o que se esquece? Como o historiador traz para seu ofício de escrever o passado a problemática do esquecimento? Ricoeur (2007) relaciona esquecimento, memória e perdão, seria essa a solução metodológica dessa verdadeira aporia histórica? Poderíamos dizer que seria uma relação que passa pelos afetos, já que a questão do perdão envolveria muitas outras variantes afetivas a serem consideradas? Isso envolveria lidar com muitos afetos, o que o autor chama de situações limites, referindo-se às questões da anistia, ou seja, implicaria em tomar o esquecimento no mesmo âmbito que a memória, segundo uma fidelidade ao passado, ou ainda segundo um superar esse passado mediante um apaziguamento.

Porque, o que se indaga é: o que se quer esquecer? Que passado é aquele que não se deseja que permaneça? Que lembranças mereceriam se perder nas dobras do tempo? Se, em um exemplo, percorrermos a arte, perceberemos que desde a menos festejada até a mais sofisticada, o que se deseja esquecer é o sofrimento, é a dor, a catarsis, a purgação das emoções, como antecipava Aristóteles, quando no capítulo XI de sua Poética, fala da emoção trágica. Deseja-se esquecer aquela angústia, suscitada por um passado doloroso (*hamarthía*) que sobrevive ao tempo (WEINRICH, 2001). Deseja-se esquecer a dor, aquela que Swan, o grande personagem de Proust sente ao ouvir a canção que o faz recordar de sua amada Odete. Faz-se urgente esquecer o grito ensurdecido provocado pela tortura que faz Primo Levi descobrir que o torturado permanece torturado porque lembra, porque afinal não há escolha, frente à dor, entre o lembrar e o esquecer, e o lembrar é insuportável. É a saudade da África que faz o escravo morrer em terras brasileiras, solapado pelo banzo de cada dia. É o cheiro dos fornos que faz a Shoah permanecer nos noticiários do mundo ainda hoje. Enfim, é o nosso medo da noite, que faz o cantor pop Renato Russo nos dizer que *é de noite que tudo faz sentido*. O esquecimento, assim, implicaria em sobreviver, em manter-se vivo, em preservar-se como sujeito afetivo. Tudo o que se deseja esquecer aparece, assim, diria Ricoeur (2007), relacionado ao mal, àquele mal que se torna um fardo para a memória castigada por esse relembrar tenebroso e a impossibilidade do esquecimento.

Ou seja, aparece assim, um certo fatalismo na condição humana de ter memórias, já que não há como fugir, já que não há como esquecer essa dor. E se o esquecimento não é, como a memória, um acontecimento, uma lembrança, uma recordação que se reatualiza, se revive; mas um processo no qual se sabe apenas que algo foi esquecido, ele não é acessível. Nas palavras de Ricoeur “a vinda de uma lembrança é um acontecimento. O esquecimento não é um acontecimento, algo que ocorre ou que se faz ocorrer. Obviamente que se pode perceber que se esqueceu, e nota-se isso num dado momento” (2007: 508) e chega-se a essa percepção pelo próprio lembrar, finaliza o autor. Essa condição humana, no entanto, não é a mesma para indivíduo e sociedade. E não é a mesma porque se não há, para o indivíduo, uma *ars oblivionis*, uma arte de aprender a esquecer, como há, ou houve, uma *ars memoriae*, como celebra Yates (2007), é porque socialmente se relaciona ao poder.

A sociedade, por seu turno, elabora essa arte do esquecimento. É na coletividade que os interditos, as experiências não ditas, os grupos não lembrados vão provocando, instigando e institucionalizando o esquecimento, impondo proibições e silenciamentos. O não dito, nesse caso, prefigura o esquecimento a partir do que não se narra, pois não sendo dito não tem como ser transmitido a outrem, ao próximo que virá e, dessa maneira, não tem como superar o

tempo limitado da geração que experimentou tal acontecimento e perpetuá-lo, já que não há a quem passá-lo. Voltamos aqui à problemática do contar, da narrativa que transforma lembrança e recordação em esteios de histórias, de tramas e enredos, possíveis de serem narrados (RICOEUR, 1997). Nesse caso, a configuração narrativa da lembrança torna a memória dita aquela que ultrapassa o silêncio e o interdito, e assim a que pode ser partilhada. Sua fidelidade ao passado pode ser o elo que liga narrador e ouvinte, é a teia de significados que faz pares aqueles que podem dividir a experiência.

Walter Benjamin (1986) nos diz que a narração é o momento que o tesouro do passado pode ser dado às gerações jovens pra levar adiante a sua função de aconselhamento. O dizível tomando, assim, a forma de instrução primeira do homem, pois é também a experiência que pode ser passada adiante, ela não é dor, mas é conselho, é celebração, é norma de vida, pode ser até mesmo o exemplo a ser seguido: a máxima história, *magistra vitae*. A vida tornando-se o esteio do relato maior a que homens e mulheres submetem-se para dar a essa vida uma continuidade. Assim, é pela narrativa que a memória pode ser compreendida, porque foi dada a ler.

A autobiografia, para retomarmos nosso exemplo inicial, é também essa narrativa de fidelidade de memória e de esquecimento. O narrador confia sua vida ao leitor, partilha de um pacto que Lejeune chama de pacto autobiográfico, confiando-lhe suas memórias e seus esquecimentos. Cada imagem, construída pela recordação, pela seleção que também é conduzida pelo esquecimento, torna-se o elo de ligação entre quem narra e quem lê (DAMIÃO, 2006).

É possível, logo, distinguir dois efeitos dessa condição do contar memórias. De um lado o próprio sentido da vida, à medida que essa vida é lembrada, pensada, analisada e contada. De outro lado, a própria constituição de uma identidade, aquela que, como já dissemos, Paul Ricoeur chama de identidade narrativa em *O si mesmo como um outro*. Identidade essa que vai adquirindo sentido para o narrador à medida que vai tramando sua vida em um enredo compreensível. E, ainda que o narrador e o personagem da autobiografia não se confundam, mesmo sendo em princípio a mesma pessoa, seus papéis são diversos, pois enquanto o segundo permanece no emaranhado de lembranças – em fatos e acontecimentos dispersos e aparentemente sem nexos, mas que são dignos de serem contados e encadeados em um enredo – cabe ao segundo ordená-los em um sentido narrativo. O narrador, assim, pode-se dizer, é um tecedor de si mesmo, pois se reconhece tendo vivido aquela vida e, ao mesmo tempo, constrói aquela vida não como ela foi, mas como ela pode ser contada.

O que vemos nesse jogo narrativo é que memória, esquecimento e sensibilidade se coadunam nos motivos que levam à escrita de si. E o historiador que se ocupa desse espaço de memória se vê, por seu turno, às voltas com as especificidades dessa forma de acesso ao passado. Um tempo multifacetado apresenta-se como o tempo da narrativa, porque sugere uma relação entre o presente de quem narra, o passado contado, e ainda o futuro, no qual está o leitor, aquele que recebe essa história de vida, como sendo a verdade da vida de quem conta, pois este que a conta lhe confiou seu nome, seu lugar no mundo, sua veracidade informativa.

Se situarmos Rousseau, como Charles Taylor afirma, sendo quem inaugura essa busca de si mesmo mediante o contar, é porque é dele que herdamos a pergunta central: “*quem é Jean-Jacques Rousseau?*” (1997, p. 464). Justamente porque é Rousseau quem, já nos anos iniciais do que se tem chamado modernidade, sente a necessidade de compreender-se no mundo e para tanto sente necessário contar-se, assim

é que Rousseau, inaugurando o apelo à chamada “voz interior” torna-se, na cultura ocidental, referência fundamental para se pensar a autobiografia e a sua constituição como narrativa da vida de um sujeito que tem consciência de si mesmo e que, buscando essa “voz interior”, encontra nesse processo uma mediação para si e seu mundo relacional (SANTOS, 2007:2).

Nesse processo, a presença do esquecimento, ou por ter sido involuntário, ou por ter sido regido e provocado, não pode ser omitido. E o questionamento principal é entender que se é voluntário o não contar, também o narrador tem uma intenção com essa provocação de esquecimento, para si mesmo e para quem o lê; para quem toma a sua narrativa de vida, como sendo a verdade dessa vida. Assim pensado, o esquecimento individual seria também, ao lado da memória, um gestor do passado. Provocado ou não, mas sentido e percebido, o esquecimento torna-se marca também da própria sobrevivência sensível do sujeito histórico. Quando se chega à conclusão de que é preciso esquecer é porque a memória tornou-se um fardo

Se a felicidade humana – imagem difusa com a qual Ricoeur termina seu magistral *A memória, a história e o esquecimento* – é um horizonte individual, ela é também um horizonte coletivo, no qual os males se não podem ser refutados, podem ser pelo menos contestados e ou compreendidos. Mas seriam perdoados? Essa não é a grande questão a que se dedica Hannah Arendt na sua busca por não apenas compreender o homem, mas como este se encontra no mundo entre outros homens, vivendo experiências dramáticas e sofrimentos indizíveis? Para a filósofa, assim,

A compreensão é um processo complexo que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é tentamos nos sentir em casa, no mundo [...] A compreensão é interminável, portanto não pode produzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo, porque toda pessoa necessita reconciliar-se com um mundo em que nasceu como estranho e no qual permanecerá sempre um estranho em sua inconfundível singularidade. (1993:39).

A felicidade, defendida e pretendida por Ricoeur, aquela talvez de uma dor apaziguada – não esquecida, mas em fim passível de ser dita – poderia permitir, assim, “examinar o quanto é significativo ser homem” ? (KIERKEGARD, apud, RICOEUR, 2007:512).

Referências Bibliográficas.

- ARENDDT, H. *A dignidade da política*. Trad. Helena Martins et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1993.
- BENJAMIM, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio P. Rouanet. 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.
- DAMIÃO, C. M. *Sobre o declínio da “Sinceridade”*: filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau a Walter Benjamin. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- ERTZOGUE, M. H., PARENTE, T. G. (Orgs). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JOZEF, B. (Auto) biografia: os territórios de memória e de história. In: AGUIAR, F. et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. SP: Xamã, 1997.
- PESAVENTO, S. J. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, S.J. LANGUE, F. (org). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Trad.: Roberto Leal. Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997. t 3.
- _____. *O si mesmo como um outro*. Trad.: Lucy Moreira César. Campinas SP: Papirus, 1991.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Ed. da Unicamp, Campinas, SP, 2007.
- SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In:
- BRESCIANI, M. S., NAXARA, M. R. C. (org.). *Memória e (re) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- SANTOS, M. P. Sensibilidade moderna e autobiografia. In: *ANAIS Eletrônicos do VIII Simpósio de História*. Catalão: CAC/UFG, 2007.
- TAYLOR, C. *As Fontes do self: a construção da identidade moderna*. SP: Loyola, 1997.
- WEINRICH, H. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- YATES, F. A. *A arte da memória*. Trad. Flávia Bancher. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.